



XIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a cláusula de reserva de Plenário prevista no artigo 97 da Constituição Federal, é correto afirmar-se que:
 - a) é instrumento típico e fundamental do sistema de controle abstrato e concentrado de constitucionalidade de leis e atos normativos;
 - b) fixa a competência originária do Plenário para julgar a apelação, quando fundada na discussão de questão constitucional;
 - c) é mitigada pela legislação processual civil, quando existente, por exemplo, decisão anterior do Supremo Tribunal Federal sobre a questão constitucional;
 - d) é absoluta a reserva constitucionalmente prevista, sendo nula a decisão da Turma, mesmo se nela declarada a constitucionalidade da lei.

2. São princípios constitucionais sensíveis, na Constituição de 1988:
 - a) forma republicana, regime democrático e prestação de contas da administração pública;
 - b) forma federativa, sistema representativo e autonomia municipal;
 - c) forma federativa, tripartição dos Poderes e direitos e garantias fundamentais;
 - d) forma republicana, tripartição dos Poderes e direitos da pessoa humana.

3. Sobre as inelegibilidades, é correto afirmar-se que:
 - a) as absolutas são impedimentos eleitorais decorrentes de condições pessoais do indivíduo, como grau de parentesco, previstas por lei complementar;
 - b) as relativas são impedimentos eleitorais provisórios coincidentes com as causas geradoras de inalistabilidade;
 - c) as reflexas são inelegibilidades relativas, que impedem sejam eleitos parentes de ocupantes de cargos do Poder Executivo, no respectivo território, salvo se detentores de mandato anterior, ou candidatos à reeleição;
 - d) os militares são tanto inelegíveis como inalistáveis, salvo se afastados da atividade, agregados pela autoridade superior ou colocados na inatividade.

4. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar-se que:
 - a) os Estados-Membros não podem adotar em suas Constituições a figura da medida provisória, porque esta representa exceção ao princípio da separação dos Poderes;
 - b) as regras de iniciativa do processo legislativo, previstas na Constituição Federal, são de observância obrigatória pelas Constituições dos Estados-Membros;
 - c) o vício de iniciativa convalida-se com a aprovação do projeto pelo Congresso



Nacional e com a sanção do Presidente da República;

d) em caso de projeto de lei, que deva ser proposto anualmente, a omissão do Chefe do Poder Executivo, a quem reservada a iniciativa, pode ser suprida, desde que por pessoa ou órgão dotado de legitimidade universal, nos termos da Constituição Federal.

5. Sobre os precatórios judiciais, é correto afirmar-se que:

a) não justifica a decretação da intervenção federal, considerado o princípio da proporcionalidade, a omissão do Estado-Membro em efetuar o respectivo pagamento, se comprovada a impossibilidade de ordem orçamentária e a inexistência de atuação dolosa ou deliberada no sentido de frustrar o cumprimento de decisões judiciais;

b) não efetuado, apesar de incluído no orçamento, o pagamento voluntário dos precatórios judiciais, é sempre possível, como alternativa para garantir a eficácia da coisa julgada, o seqüestro de valores para a satisfação dos débitos judiciais;

c) somente os precatórios relativos a dívidas alimentares podem ser objeto de seqüestro, desde que vencido o prazo para o respectivo pagamento;

d) cabe a expedição de precatório para complementar o pagamento efetuado, sob a forma de requisição de pequeno valor, prevista no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

6. Em face do princípio da isonomia, é correto afirmar-se que é inconstitucional:

a) a previsão de alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, porte da empresa, e condição estrutural do mercado de trabalho;

b) a previsão, como título, em edital de concurso público, do mero exercício de função pública;

c) a transferência obrigatória de universitário, quando dependente de servidor público, removido por necessidade de serviço, condicionada à cláusula que exige sejam as instituições, de origem e de destino, congêneres;

d) a concessão de privilégio processual, como o prazo em dobro a defensor público.

7. Sobre os princípios gerais da atividade econômica, é correto afirmar-se que:

a) na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional;

b) o aproveitamento do potencial de energia renovável, desde que de capacidade reduzida, não depende de autorização ou concessão;

c) cabe à lei ordinária, e não à complementar, assegurar a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra;

d) cabe à União conceder incentivos fiscais para financiar o pagamento de subsídios a preços ou ao transporte de álcool combustível, ao gás natural e seus derivados e a derivados de petróleo.

8. O fenômeno pelo qual a Constituição sofre mudança informal de seu sentido ou conteúdo, sem alteração do respectivo texto, é conhecido como:



- a) mutação constitucional;
- b) revisão constitucional;
- c) recepção constitucional;
- d) repercussão constitucional.

9. Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar-se que:

- a) os de primeira geração são denominados direitos negativos, de abstenção, focados no princípio da igualdade e fraternidade universal;
- b) os de segunda geração, ao contrário, enfatizam o princípio da liberdade do cidadão em face do Estado, a busca de melhores condições de vida, a criação de políticas sociais de intervenção contra o arbítrio da liberdade individual;
- c) as garantias têm caráter instrumental, são meios destinados a assegurar o exercício dos direitos, preservá-los ou repará-los, quando violados, como ocorre quando, no artigo 5º, X, da Constituição Federal, é assegurado o direito à indenização, pelo dano material ou moral decorrente da violação dos direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas;
- d) têm como características essenciais a temporariedade, excepcionalidade, irrenunciabilidade e concorrência.

10. Em relação aos índios, é correto afirmar-se que:

- a) a participação dos índios no resultado da lavra das riquezas minerais nas respectivas terras depende de autorização do Congresso Nacional;
- b) as terras tradicionalmente ocupadas por índios somente podem ser alienadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas;
- c) a remoção de grupos indígenas de suas terras somente cabe no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional;
- d) em qualquer hipótese é garantido o retomo imediato de grupos indígenas removidos de suas terras, depois de cessado o risco a que alude o § 5º do artigo 231 da Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Assinale, entre as alternativas, a correta:

- a) a existência de fraude na concorrência pública permite ao Poder Público, ainda que concluída e entregue a obra, reaver os valores pagos, não gerando a prestação do serviço, diante da nulidade do certame e do contrato administrativo, qualquer direito ao particular;
- b) a omissão do Poder Público em licitar o serviço de transporte interestadual de passageiros, em prejuízo da população, tendo em vista os critérios de urgência e necessidade, permite a particulares (que demonstrem capacidade técnica, econômica e financeira), a exploração da atividade;
- c) os Estados não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais



estabelecidas entre o poder concedente federal ou municipal e as respectivas empresas concessionárias, em especial se a ingerência normativa afetar o equilíbrio financeiro resultante do contrato administrativo;

d) apurada a ocorrência de fraude, o Poder Público tem o dever de anular a licitação, exercendo o seu poder de autotutela, independentemente de contraditório e ampla defesa.

12. O candidato, aprovado em concurso público para cargo cujo provimento passou a exigir requisito legal de escolaridade superior ao previsto no edital:

a) tem direito adquirido à nomeação, ainda que não preencha os novos requisitos para o exercício do cargo, tendo em vista a ilegalidade da alteração dos critérios do concurso público depois da sua conclusão;

b) tem direito adquirido à nomeação, se outro, aprovado em posição inferior, for nomeado, ainda que este possua a nova habilitação legal;

c) não tem direito adquirido à nomeação, pois a mera aprovação no concurso público não impõe, em nenhuma hipótese, a obrigação de nomear o candidato aprovado;

d) não tem direito adquirido, pois, antes do provimento do cargo, que deve observar a legislação vigente nesse momento, o candidato tem mera expectativa de direito à nomeação, a qual somente pode ocorrer se preenchidos os requisitos legais.

13. Sobre a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que:

a) a menor prescrição prevista para a ação disciplinar é de um ano para as infrações punidas com pena de advertência;

b) o servidor público aposentado terá cassado o benefício se houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão;

c) o prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar, para apuração de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicos, e regularização imediata, é submetido ao rito sumário, não podendo exceder, mesmo com possibilidade de uma prorrogação, o prazo máximo de 60 dias;

d) o cancelamento do registro das penalidades, quaisquer que sejam, surtirá efeitos retroativos, se, no prazo de cinco anos do efetivo exercício, o servidor não houver praticado nova infração.

14. Considerada a fuga de estabelecimento penal empreendida por preso que, meses depois, participa, em quadrilha, de latrocínio, é correto afirmar que a família da vítima:

a) tem direito à indenização, pela responsabilidade do Estado, uma vez que qualquer evento anterior, colocado na cadeia causal, é suficiente para estabelecer o vínculo jurídico necessário entre conduta e resultado;

b) tem direito à indenização, pela responsabilidade do Estado, tendo em vista o risco criado pelo Poder Público, pelo fato de construir e instalar o estabelecimento penal em



local ocupado por população civil;

c) não tem direito à indenização, pois a fuga do preso que participou do crime, de que decorreu a morte da vítima, constitui caso fortuito, não gerando responsabilidade civil do Estado;

d) não tem direito à indenização, pois inexistente, para efeito de responsabilidade do Estado, a causalidade entre eventual omissão ou ação dos agentes penitenciários e o dano causado, porque interrompido o nexos causal, vale dizer, o latrocínio não constituiu efeito necessário, direto e imediatamente determinante, da conduta estatal que permitiu a fuga.

15. Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar-se que:

a) o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 84 do Código de Processo Penal, por considerar que não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa a agentes políticos, sujeitos à Lei nº 1.079/50;

b) a indisponibilidade de bens, para assegurar o integral ressarcimento do dano ao erário, pode recair sobre os adquiridos, ainda que anteriormente à prática do ato de improbidade;

c) embora as instâncias sejam autônomas, a existência de prejudicial externa na decisão penal que reconhecer a inexistência do fato, quando em tese a conduta configurar crime, impede a aplicação, desde logo, das penas de demissão ou cassação da aposentadoria, ficando suspensos o processo administrativo e a prescrição, até a conclusão da ação penal;

d) é pacífica a jurisprudência no sentido de que o afastamento do agente público de seu cargo, emprego ou função, tal como previsto no parágrafo único do artigo 20 da Lei nº 8.429/92, somente cabe, em caso de risco à instrução processual, no curso da ação de improbidade administrativa, vedada a propositura de medida cautelar preparatória com tal finalidade.

16. Sobre a desapropriação, é correto afirmar-se que:

a) são devidos juros compensatórios, salvo na desapropriação destinada à instituição de servidão administrativa, contados, no caso da desapropriação direta, desde a imissão na posse, e na indireta, a partir da efetiva ocupação do bem;

b) o esbulho possessório, para impedir a desapropriação (artigo 2º, § 6º, da Lei nº 8.629/93, com a redação da Medida Provisória nº 2.183/01), deve preceder à vistoria do imóvel e ser significativo, de modo a influir e alterar a medição dos graus de utilização da terra e de eficiência em sua exploração, comprometendo os índices fixados em lei;

c) extingue-se em cinco anos o direito de propor ação de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem como ação que vise à indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público;

d) para a imissão provisória na posse, o depósito não pode ser calculado por estimativa unilateral do expropriante, pois deve representar o valor integral equivalente à justa indenização, nos termos da Súmula 652, do Supremo Tribunal Federal.



17. Sobre a discricionariedade administrativa, é correto afirmar-se que:

- a) o desvio de intenção, enquanto vício subjetivo, é irrelevante no contexto da teoria objetiva do desvio de poder, não produzindo nenhum efeito, sequer prático, na formulação de juízo quanto à ocorrência, ou não, do abuso, no exercício pela autoridade administrativa, da competência discricionária;
- b) os motivos determinantes do ato, desde que compatíveis com o ordenamento jurídico, validam a prática administrativa;
- c) a discricionariedade, autorizada em lei quanto aos motivos, somente conduz a uma decisão válida se o juízo de conformação do abstrato ao concreto observar a necessária vinculação do processo decisório com a finalidade de interesse público, demonstrada tal conexão pelo próprio conteúdo do ato administrativo;
- d) a definição legal de que determinado ato tem natureza discricionária impede a discussão, em Juízo, de tal qualidade, uma vez que não pode o Poder Judiciário substituir-se ao Executivo, na execução de tarefas administrativas.

18. Sobre o tombamento, é correto afirmar-se que:

- a) o bem tombado pela Municipalidade pode ser objeto de desapropriação, desde que por ente federado superior, e por motivo de interesse público, ainda que não relacionado à preservação do patrimônio histórico, cultural ou artístico;
- b) o tombamento configura desapropriação indireta, passível de indenização, quando, além de limitar e interditar o uso e o gozo regular do bem, suprime-os, isoladamente, de molde a afetar também a sua utilidade econômica, onerando o seu proprietário, de forma individual e concreta;
- c) o tombamento provisório, embora não previsto em lei, tem sido admitido como providência própria de medida cautelar, quando seja necessário assegurar, desde logo, a eficácia do ato definitivo, nos termos do Decreto-Lei nº 25/37;
- d) o dever de preservar e reparar o bem particular tombado é do Poder Público, uma vez que a este interessa a sua conservação, como patrimônio histórico, cultural ou artístico, cabendo ao proprietário o direito de requerer o cancelamento do tombamento se as obras necessárias não forem realizadas, colocando em risco a integridade do bem.

19. Sobre o poder de polícia, é correto afirmar-se que:

- a) o princípio da livre iniciativa limita o exercício do poder de polícia no domínio econômico, devendo a intervenção ser mínima;
- b) os atos administrativos, como autorizações e licenças, relacionados ao exercício do poder de polícia, são discricionários, em função da necessidade de aparelhar o Poder Público dos instrumentos de aferição, tanto concreta como específica, de abusos em detrimento do interesse coletivo e social;
- c) envolve não apenas atos materiais e concretos de fiscalização e repressão, como, igualmente, abstratos e genéricos, a exemplo do que ocorre com a edição de normas de



regulamentação do funcionamento de estabelecimentos comerciais;

d) os atos, com base nele praticado, revelam o atributo derivado do poder extroverso, pelo qual as decisões administrativas, independentemente de intervenção judicial, são eficazes e auto-executórias, assim para justamente garantir a supremacia do interesse público e coletivo sobre o individual.

20. A organização desconcentrada significa:

a) a prestação de atividades administrativas diretamente exercida pelo conjunto orgânico da pessoa política;

b) a distribuição de funções administrativas a pessoas jurídicas distintas, desde que sediadas na mesma base territorial;

c) a repartição interna de atribuições administrativas aos diversos órgãos integrantes da mesma pessoa política, sob uma mesma ordem hierárquica;

d) a delegação de competências administrativas a pessoas políticas distintas, mediante convênio ou acordo administrativos, desde que previstos em lei.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Compete à União, aos Estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, entre outros (CF art. 24, I). Em vista desse dispositivo constitucional:

a) no campo legislativo concorrente, o exercício desta competência pela União não exclui completamente a competência dos Estados;

b) quando existe lei complementar federal nesse campo, os Estados não podem estabelecer normas gerais de maneira alguma, nem mesmo em caráter suplementar;

c) se inexistir lei complementar federal sobre normas gerais, a competência plena passa para os Estados que legislarem a respeito, sendo eliminada a competência da União enquanto existir lei estadual;

d) se inexistir lei complementar federal sobre normas gerais e o Estado legislar a respeito, lei complementar federal posterior só poderá suplementar a do Estado enquanto a lei complementar deste estiver em vigor.

22. O artigo 149 da Constituição diz que compete exclusivamente à União instituir contribuições de intervenção no domínio econômico. A natureza jurídica do gênero contribuição de intervenção no domínio econômico é determinada:

a) pela denominação que for dada a cada contribuição quando de sua criação;

b) pelo fato gerador da respectiva obrigação tributária;

c) pela destinação legal do produto de sua arrecadação;

d) pelo fato de sua arrecadação e aplicação do produto desta serem atribuídos a ente autárquico.

23. A proibição constitucional de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e, cumulativamente, a de cobrá-



los antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada essa lei que os instituiu ou aumentou:

- a) aplica-se a todos os tributos, sem exceção;
- b) aplica-se a todos os tributos, com exceção das taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia;
- c) não se aplica às contribuições sociais, no que diz respeito à publicação, no exercício anterior da lei que as instituir ou aumentar;
- d) não se aplica integralmente ao imposto de renda nem ao ICMS.

24. Compete à União instituir imposto sobre a propriedade territorial rural, cabendo-lhe cinquenta por cento do produto da arrecadação, pertencendo os outros cinquenta por cento aos Municípios, relativamente aos imóveis neles situados. Isto posto, assinale a alternativa correta:

- a) em hipótese alguma, nenhum Município poderá receber mais do que os cinquenta por cento acima referidos;
- b) o Município pode optar por tomar a seu cargo a fiscalização e a cobrança do imposto, cabendo-lhe, neste caso, a totalidade do produto da arrecadação;
- c) a União pode entregar a alguns Municípios sessenta e cinco por cento do produto da arrecadação, desde que essa prática se destine a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;
- d) a entrega, pela União, de sessenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto, se adotada pela União para promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País, deverá sempre estender-se a todos os Municípios do Estado considerado, nos quais a atividade econômica preponderante seja a agropecuária.

25. Em virtude da imunidade recíproca a que se refere o artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal, se um Estado compra de uma empresa privada um produto industrializado:

- a) nessa venda não há incidência do IPI, uma vez que quem suporta o ônus do IPI é o Estado adquirente;
- b) nessa venda não há incidência da COFINS;
- c) nessa venda não há incidência do IPI mas ocorre a da COFINS;
- d) nessa venda, há incidência do IPI e também da COFINS.

26. Compete ao Presidente da República celebrar acordos internacionais para evitar a bitributação e ao Congresso Nacional referendá-los. A denúncia desses acordos:

- a) compete ao Presidente da República mediante anuência prévia do Congresso Nacional;
- b) compete ao Presidente da República, sem anuência prévia do Congresso Nacional, salvo se a outra parte do acordo exigir essa anuência;
- c) compete ao Congresso Nacional que, aprovando-a, tornará obrigatória sua execução



pelo Presidente da República;

d) compete ao Presidente da República, agindo isoladamente, independentemente do Congresso Nacional.

27. O direito de pleitear a restituição de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador ou em face de identificação errada do sujeito passivo, de erro da alíquota aplicável ou de erro material de documento de arrecadação extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos:

- a) contados, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, do momento de seu pagamento antecipado de que trata o art. 150, § 1º, do CTN;
- b) contados do pagamento do tributo indevido, em relação a todos os tributos;
- c) contados da data do pagamento do tributo indevido, exceto o imposto de renda de pessoa jurídica, caso em que o prazo conta-se a partir da data da declaração de ajuste;
- d) contados a partir da data do lançamento do tributo feito pela autoridade competente.

28. Na alienação de propriedade de ações efetuada por residente no País:

- a) não incide o imposto de renda se a alienação consistir em doação a título de adiantamento da legítima, na qual se atribua às ações valor de mercado superior ao constante da declaração de bens do doador;
- b) não incide o imposto de renda se a alienação consistir na conferência de ações para integralização de capital de sociedade, na qual se atribua às ações valor superior ao constante da declaração de bens do alienante;
- c) não incide o imposto de renda se a sociedade transferir ações de outras sociedades constantes do seu ativo, se a transferência for feita a título de devolução de capital, pelo valor contábil na sociedade que reduz o capital;
- d) não incide imposto de renda na alienação de ações que o alienante possuía havia mais de 20 anos.

29. A pessoa jurídica, no cômputo do lucro real, pode considerar como custo ou encargo operacional, em cada período de apuração, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo mobilizado resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal:

- a) A taxa anual de depreciação desses bens é livremente fixada pela pessoa jurídica;
- b) A taxa anual de depreciação desses bens é fixada exclusivamente pela Secretaria da Receita Federal mas a pessoa jurídica tem o direito de ajustá-la às condições de depreciação de cada bem, desde que faça prova dessa adequação quando adotar taxa diferente;
- c) A pessoa jurídica contribuinte não pode adotar taxa anual inferior à fixada pela Secretaria da Receita Federal;
- d) A pessoa jurídica não pode adotar, em relação aos bens móveis depreciados coeficientes de depreciação acelerada em razão de sua utilização por dois ou três turnos



de oito horas de trabalho em vez de um só turno.

30. Uma pessoa jurídica decide expandir suas atividades industriais; para isso, adquire equipamento novo e realiza despesas que concorrerão para a formação do resultado por mais de um período de apuração. O contribuinte:

- a) poderá registrar essas despesas em conta do ativo diferido e amortizá-las nos períodos de apuração seguintes, fazendo a amortização total no prazo que entender;
- b) poderá registrar essas despesas em conta do ativo diferido e amortizá-las num prazo não inferior a 5 (cinco) anos;
- c) não poderá amortizar essas despesas que deverá levar à conta de resultados no sexto período de apuração subsequente à sua realização;
- d) poderá amortizar essas despesas em prazo não inferior ao maior prazo de depreciação dos bens do ativo imobilizado com o qual se relacionam.

DIREITO PENAL

31. Considere a Lei nº 4.898/65 e assinale a alternativa correta:

- a) A interdição do exercício de função policial no município onde foi praticado o crime de abuso de autoridade, pelo prazo variável de 1 a 5 anos, não pode mais ser aplicada como pena acessória, tal como previsto no § 5º do artigo 6º já que a reforma penal de 1984 aboliu as penas acessórias;
- b) Considerando que as reuniões em locais públicos ou abertos ao público dependem de prévia autorização da autoridade - que possui espaço discricionário para avaliar a conveniência da reunião - não ocorre abuso de autoridade decorrente de "atentado ao direito de reunião" (artigo 3º, "h", da Lei nº 4.898/65) se a autoridade intervém para frustrar ou dissolver a reunião desautorizada;
- c) O dispositivo do artigo 514 do Código de Processo Penal, que prevê defesa preliminar do acusado, também incide nos processos de responsabilidade criminal por abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65), os quais sujeitam-se a representação do ofendido que deve obedecer o mesmo prazo decadencial previsto no Código de Processo Penal;
- d) Se o agente (no exercício de cargo, emprego ou função pública), praticando anterior abuso de autoridade (artigo 3º, "i") dá também causa a lesões corporais na vítima, responde por concurso de delitos, sendo possível a concorrência no evento criminoso de quem não ostente a qualidade de "autoridade".

32. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O crime do artigo 183 da Lei nº 9.472/97 (desenvolver clandestinamente atividades de comunicação) é de natureza formal e permanente, sujeitando o agente à prisão em flagrante enquanto não cessada a permanência, justificando ainda a busca e apreensão dos equipamentos;
- b) O disposto no artigo 70 da Lei nº 4.117/62 (instalação ou utilização de



telecomunicações, sem observância do disposto nessa Lei e nos regulamentos) foi revogado pelo artigo 183 da Lei nº 9.472/97 mas continuou a regular os atos cometidos e consumados durante sua vigência diante da ultratividade da *lex mitior*;

c) O crime do artigo 183 da Lei nº 9.472/97 (desenvolver clandestinamente atividades de comunicação) só se consuma se a atividade efetivamente trazer dano para os meios e veículos de comunicações que operam, na legalidade, para os serviços públicos ou para as comunicações da aviação; ademais, a ação penal depende de representação da agência reguladora existente (hoje ANATEL) apresentada à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao juiz;

d) A conduta de operar, sem licença do órgão competente, a chamada rádio comunitária continua enquadrada nas sanções do artigo 183 da Lei nº 9.472/97, não havendo se falar em descriminalização dessa conduta por força de lei posterior (Lei nº 9.612/98) que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária, já que essa última não tratou de crimes.

33. Em relação ao tema do “concurso de crimes” examine as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade; ademais, não se admite a suspensão condicional do processo no caso de continuidade delitiva quando a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento também mínimo de um sexto resultar em pena superior a um ano.

II - No caso de concurso formal, seja homogêneo ou heterogêneo, as penas de multa são sempre aplicadas de modo integral e distinto para cada delito.

III - Ainda que a denúncia descreva a multiplicidade dos eventos como perpetrados pelo agente em unicidade de conduta e desígnio, o concurso formal só pode ser reconhecido na sentença se houver expressa alusão a respeito dele (artigo 70 do Código Penal) na denúncia.

IV - Sendo praticados vários crimes em concurso formal e em continuidade delitiva, essas causas de aumento de pena são cumuláveis, de modo que, na dinâmica da fixação da pena, primeiro deve incidir o aumento pelo concurso formal e, na seqüência, o acréscimo derivado da continuidade.

V - Na chamada progressão criminosa os múltiplos fatos típicos que se realizam de modo continuativo devem ser tratados como concurso material; já no crime progressivo pode ocorrer a hipótese de concurso formal de infrações, eis que se reconhece um só contexto fático.

- a) Apenas as assertivas III e V são falsas;
- b) Todas as assertivas são verdadeiras;
- c) Apenas as assertivas I e V são falsas;
- d) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.



34. Examine os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - De menor potencial ofensivo é, além de todas as contravenções, indistintamente o crime a que a norma incriminadora comine pena máxima não superior a dois anos ou multa, consoante o parágrafo único da Lei nº 10.259 de 12/7/2001 (Juizado Especial Federal). No caso de concurso de crimes, a pena a ser considerada, para fins de fixação da competência do Juizado Especial Criminal será o resultado da soma, no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos, de modo que, se resultar disso um apenamento superior a 2 anos fica afastada a competência do Juizado Especial para todas as infrações consideradas. A competência do Juizado Especial Criminal é contemporânea de sua instalação, de modo que não serão para ele remetidas as ações penais que até então tramitavam na Vara Criminal.

II - O perdão do ofendido é ato bilateral, mas o perdão judicial independe da vontade do réu. O primeiro é possível em todas as infrações sujeitas a ação penal exclusivamente privada e se estende a todos os querelados que o aceitarem; o segundo é possível apenas quando a lei quer e se trata de benefício personalíssimo. Na medida em que o Superior Tribunal de Justiça (súmula nº 18) afirma que a sentença que aplica perdão judicial é declaratória de extinção de punibilidade, ela não pode ser executada no Juízo Cível para reparação de dano.

III - A proibição legal do cumprimento de pena por mais de 30 anos (artigo 75 do Código Penal) não tem nenhum efeito quanto a tornar esse *quantum* o limite da base de cálculo para fins de livramento condicional ou progressão de regime. Quanto ao livramento condicional, o reincidente específico em tráfico ilícito de entorpecentes não tem direito ao benefício; já o condenado por crime doloso praticado com violência ou grave ameaça contra pessoa só poderá merecer o benefício se houver perícia atestando ausência de periculosidade.

IV - A progressão de regime de cumprimento de pena exige três pressupostos (desconto de 1/6 da reprimenda no regime fixado; atestado de bom comportamento carcerário; prévia manifestação ministerial e de defensor do condenado) a serem considerados pelo juiz da execução; tratando-se de questão que envolve trânsito em julgado de condenação, a progressão é estranha à situação do preso provisório, que, portanto, a ela não tem direito. É direito do condenado evoluir do regime fechado para o aberto se a passagem para o regime semi-aberto é inviável por ausência de vaga.

- a) O item III não é inteiramente verdadeiro;
- b) Os itens I, II e IV são inteiramente verdadeiros;
- c) O item IV não é inteiramente verdadeiro;
- d) Os itens III e IV não são inteiramente verdadeiros.

35. Assinale a alternativa incorreta:

a) Quem executa extração de recursos minerais sem autorização da autoridade competente (IBAMA, DNPM) comete o crime do artigo 55 da Lei nº 9.605/98 (executar



pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida) em concurso formal com o delito do artigo 2º da Lei nº 8.176/91 (constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matérias-primas pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo);

b) A responsabilização criminal da pessoa jurídica por crime ambiental - que exclui a responsabilidade das pessoas naturais autoras ou concorrentes para a realização do fato punível - é restrita por força da Lei nº 9.605/98 às pessoas privadas. Recebida denúncia oferecida contra a pessoa jurídica é possível a impetração de *habeas corpus* visando o trancamento da ação penal;

c) Tanto a grafiteagem quanto a pichação de qualquer edifício urbano ou monumento constitui crime contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, previsto na Lei nº 9.605/95; o mesmo ocorre se o agente sujá-los ou maculá-los, mas desde que atue intencionalmente. Entretanto, trata-se de infração de menor potencial ofensivo;

d) O chamado “crime de poluição” (artigo 54 da Lei nº 9.605/98) é um tipo penal aberto que abarca qualquer tipo de degradação da qualidade ambiental - visual, sonora, atmosférica, terrestre e da biosfera em geral - mas sua correta conformação depende de perícia que permita avaliação de elementos normativos do tipo. Admite a forma culposa. Trata-se de delito que aceita conduta omissiva.

36. Com relação a crimes previstos na Lei nº 6.368/76, assinale a alternativa inteiramente correta:

a) O artigo 12, *caput* e os incisos I e II classificam-se como crime de ação múltipla ou de conteúdo variado, em que a prática de qualquer um dos verbos nucleares do tipo já configura a infração, mas a alternatividade não afasta o cúmulo material ou a continuidade se as condutas não forem simultâneas ou não realizadas num único contexto de fato. A propósito dessas infrações - cujos agentes devem iniciar o cumprimento de pena em regime fechado - é indiferente para a configuração típica a pequena quantidade da substância, da matéria-prima ou do vegetal. Mas o concorrente que colabora para o desmantelamento de grupo criminoso ou localização do objeto material da infração pode ser agraciado com perdão judicial. Enfim, para que se fale em traficância internacional basta a abrangência de mais de um país na prática do evento delituoso;

b) O delito previsto no art. 14 da Lei nº 6.368/76 (associação para o tráfico) é crime plurissubjetivo que exige a concorrência de pelo menos 3 (três) agentes em vínculo estável destinado à prática de múltiplas infrações de traficância; trata-se de crime de consumação antecipada cujos praticantes são movidos por dolo específico; serve como uma das infrações antecedentes que justificam a punição da “lavagem de dinheiro” (artigo 1º da Lei nº 9.613/98). Havendo concurso com o efetivo tráfico ocorre o concurso formal; admite progressão de regime prisional;

c) Em face das infrações tipificadas nos artigos 12, 13 e 14 da Lei nº 6.368/76 não é



exigida do juiz a indagação ao réu, no interrogatório, acerca de eventual dependência toxicológica; por outro lado, se o acusado se declarar dependente de tóxico ou a defesa fizer essa afirmação, a realização do exame de dependência se torna obrigatório sob pena de nulidade. Sempre que o exame de dependência toxicológica for positivo, deverá o réu ser absolvido por inimputabilidade e submetido a tratamento. Ainda com relação aos crimes dos artigos 12 e 13, doutrina e jurisprudência afirmam sem discrepância que o condenado não pode apelar em liberdade, salvo se motivadamente o juiz decidir de modo diverso;

d) É possível a apreensão e custódia dos bens cuja fabricação, alienação, uso, porte ou detenção constituam ilícito, empregados reiterada ou episodicamente na prática dos crimes definidos nos artigos 12, 13 e 14 da Lei nº 6.368/76. Havendo possibilidade ou necessidade do uso de qualquer deles pela autoridade policial, poderá desde logo empregá-los ficando responsável pela conservação. Entretanto, tais bens, a pedido do Ministério Público, podem ficar sujeitos a procedimento cautelar de avaliação e venda antecipada (antes da sentença) desde que demonstrada a possível deterioração; o produto dessa alienação será imediatamente depositado em benefício da União que providenciará a expedição de “certificados do Tesouro Nacional” em nome do Juízo processante, o qual os liberará em favor da Secretaria Nacional Anti Drogas (SENAD) para resgate pelo “valor de face” após o trânsito em julgado da condenação.

37. Considere os enunciados seguintes e assinale a alternativa correta:

I - Em relação ao concurso de pessoas nosso Código Penal adotou a “teoria monista” segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma infração cometem crime único, embora distinguindo entre autores e partícipes (teoria “restritiva” da autoria); se, no curso da ação criminoso, o partícipe prevê e aceita a ocorrência de um resultado mais gravoso, também responde por ele. A concorrência de menor importância capaz de reduzir a reprimenda estende-se ao co-autor e ao partícipe.

II - Com relação ao lugar do crime - matéria relevante apenas para os chamados “crimes à distância” - nossa lei penal adotou a teoria da ubiqüidade (ou da unidade) segundo a qual o lugar do delito é aquele em que o agente desenvolveu qualquer ato executório ou onde se consumou ou devia consumir-se a infração. É irrelevante a intenção do agente.

III - Não há que se falar em tentativa nos crimes culposos, nos crimes unissubsistentes e nos crimes habituais, mas pode haver nos crimes complexos. Na tentativa a redução da pena deve ser tanto menor quanto mais o agente tenha se aproximado da consumação.

IV - É possível a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, como faculdade judicial. Para que isso se dê, a pena aplicada deve ser inferior a 4 anos, o crime não pode ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou deve tratar-se de crime culposo. O agente deve ter a seu favor requisitos subjetivos indicados na lei que demonstrem a suficiência da substituição, mas a reincidência sempre impede o benefício.

V - A relevância da menoridade de 21 anos como atenuante genérica subjetiva é de tal importância que permite ao juiz aplicar a pena privativa de liberdade aquém do mínimo



legal. Além disso, prepondera sobre qualquer circunstância, inclusive a reincidência.

- a) Somente o enunciado II é inteiramente correto;
- b) Somente os enunciados I, IV e V são inteiramente corretos;
- c) Somente os enunciados II e III são inteiramente corretos;
- d) Nenhum dos enunciados é inteiramente correto.

38. Considere as assertivas seguintes e assinale a alternativa correta:

I - O delito de descaminho - que envolve bem ou mercadoria não proibida de entrar no País - revela-se na prática de fraude ou artil que conduza ao ingresso ou saída da mercadoria sem o pagamento de tributação incidente nessas operações; o emprego de avião para possibilitar a entrada ou saída do bem provoca aumento de pena. Se o agente público, detentor do dever de impedir ou coibir essa prática criminosa, intencionalmente facilita o descaminho, pratica delito autônomo, punido mais severamente do que aquele.

II - A prática do homicídio “simples” em atividade típica de “grupo de extermínio” - situação que invoca tratamento mais severo previsto na Lei nº 8.072/90 - não o transforma em tipo “qualificado”, tampouco lhe serve de agravante e nem é elementar de uma nova figura incriminadora; a verificação desse fato cabe ao juiz, não devendo ser apresentado quesito específico aos jurados.

III - Basta, para atenuação obrigatória da reprimenda, a simples confissão da autoria feita pelo réu - mesmo que por sugestão de terceiro ou da própria autoridade - no curso do inquérito ou do processo, não sendo cabível condicionar-se a diminuição ao intento de colaborar com a Justiça ou demonstrar arrependimento; mesmo se feita após a sentença condenatória, estando o feito submetido ao Tribunal para apreciação, a confissão vale como atenuante.

IV - Embora a imputabilidade deva ser contemporânea da conduta, não se livra de punição o indivíduo mentalmente sã que deliberadamente se coloca em estado de inconsciência para assim praticar o fato do qual sobrevém o resultado danoso, cuja ocorrência era desejada ou assumida pelo sujeito.

- a) As afirmativas I e II são falsas;
- b) A afirmativa IV é a única verdadeira;
- c) A afirmativa III é a única falsa;
- d) As afirmativas I e III são falsas.

39. Com relação ao crime do artigo 288 do Código Penal (quadrilha ou bando) assinale a alternativa que seja incorreta:

- a) É inadmissível a mera tentativa pois a infração se aperfeiçoa no momento associativo, no instante mesmo em que convergem as vontades de mais de três pessoas para cometer indeterminados crimes;
- b) Sendo infrações que atingem objetividades jurídicas diversas, não há *bis in idem* no



reconhecimento de concurso entre o delito de quadrilha ou bando e o crime patrimonial qualificado pela prática em concurso de agentes;

c) A pena deve ser aplicada em dobro sempre que a quadrilha ou bando for armado; cabe essa exasperação ainda que se trate de instrumento extraordinariamente empregado como arma, ou que um único quadrilheiro esteja armado com anuência dos demais;

d) Tratando-se de crime formal e plurissubjetivo que exige a participação de pelo menos quatro agentes, haverá atipicidade se um ou alguns forem inimputáveis, tiverem extinta a punibilidade ou não puderem ser adequadamente identificados.

40. Com relação às assertivas abaixo assinale a incorreta:

a) O crime do artigo 1º da Lei nº 9.613/98 (lavagem de ativos provenientes de crimes) é delito acessório de outros crimes, sendo irrelevante para a apenação que esses últimos não tenham sido objeto de processo e mesmo que sejam desconhecidos seus autores;

b) O crime do artigo 1º da Lei nº 9.613/98 (lavagem de ativos provenientes de crimes) é delito acessório de outros crimes de modo que a autoria ou concurso de agentes deve excluir os autores ou partícipes das infrações antecedentes, em relação às quais a nova conduta é mero exaurimento;

c) Em sede de contravenções penais não se cogita de tentativa; a condenação irrecorrível por contravenção não induz reincidência quanto a crime posteriormente praticado, mas aquele fato deve ser levado em conta na dosimetria da pena;

d) O crime de genocídio perpetrado por intermédio do assassinio de membros de grupo nacional, étnico, racial ou religioso com o dolo específico de destruir ou extinguir o grupo (artigo 1º, "a", da Lei nº 2.889/56 - crime hediondo) é punido com a pena do homicídio qualificado, mas não se submete a julgamento pelo Tribunal do Júri.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Em relação à ação penal examine o conteúdo das proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

I - O exercício da ação penal independe do inquérito policial; com relação à ação penal pública entende-se que é indisponível. Apesar de entendimento majoritário sobre ser ela divisível, a denúncia pode ser posteriormente aditada para inclusão de co-réu, ou proposta nova ação penal com relação a ele. Com relação à obrigatoriedade do seu exercício, é atualmente mitigada.

II - Em ação penal pública condicionada, tanto a representação quanto a requisição do Ministro da Justiça são retratáveis até o oferecimento da denúncia; ao contrário do que ocorre com a primeira, a requisição, pela força de sua origem, obriga a atuação do Ministério Público. O acórdão que provê recurso tirado contra a rejeição da denúncia vale pelo seu recebimento e interrompe a prescrição.

III - A única possibilidade de exercício da ação penal pública, pelo ofendido, ocorre quando há completa inércia do Ministério Público. Em caso de crime contra a honra de



funcionário público a legitimidade para a ação penal é tanto do Ministério Público quanto do ofendido.

IV - O princípio da intranscendência alcança o exercício de qualquer ação penal. Recebida a denúncia, não pode mais ser rejeitada pelo juízo de 1º grau por preclusão da matéria. O maior de 18 anos, mentalmente são, pode exercer plenamente tanto o direito de representação quanto a ação penal privada.

- a) Nenhuma das proposições é integralmente verdadeira;
- b) As proposições I e III são as únicas integralmente verdadeiras;
- c) Apenas uma das proposições não é integralmente verdadeira;
- d) Apenas uma das proposições é integralmente verdadeira.

42. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O incidente de falsidade documental - material ou ideológica - pode ser suscitado de ofício pelo juiz, ou argüido, exclusivamente por escrito, pela própria parte ou procurador dotado de poderes especiais; conforme a relevância do documento - especialmente para a qualificação do fato - poderá ser suspenso o curso do processo; ouvidas as partes, ou a parte contrária se a exceção foi oposta pelo adverso, são realizadas diligências e a decisão julgando o incidente fica sujeita a recurso em sentido estrito; mas essa decisão não produz coisa julgada além do processo onde aberto o incidente;
- b) o incidente verificatório de sanidade mental pode ser, através de despacho do juiz, instaurado exclusivamente no curso do processo quando houver dúvida quanto à higidez mental do réu, caso em que ocorrerá a suspensão do feito e da prescrição, devendo o acusado ser recolhido para exame em estabelecimento psiquiátrico por até 45 dias improrrogáveis; concluindo os peritos pela inimputabilidade ou semi-imputabilidade do examinando o juiz proferirá sentença de imediato, de natureza "absolutória imprópria". Essa decisão comporta recurso em sentido estrito;
- c) A suspeição e o impedimento do juiz - causas de nulidade - podem ser opostas pelas partes e pelo assistente de acusação mediante a oposição de "exceção" assinada pelo próprio excipiente ou procurador dotado de poderes especiais, com documentos e rol testemunhal, se houver. Se o juiz negá-la, responderá por escrito e com rol testemunhal e documentação. A exceção será processada e julgada no tribunal, com citação das partes e oitiva de testemunhas; considerada procedente, serão anulados os atos processuais praticados sob a direção do excepto;
- d) A especificação de bem para hipoteca legal é medida cautelar destinada a onerar apenas bem de natureza imóvel do agente com o fim de assegurar a reparação do dano, das despesas processuais e da pena pecuniária; pode ser proposta - perante o Juízo Criminal - pelo Ministério Público ou pela vítima depois de instaurado o processo e envolve a estimação da responsabilidade patrimonial e a avaliação do bem, e objetiva a decisão ordenando o registro na matrícula ou transcrição do imóvel, da hipoteca; essa decisão - que perde eficácia no caso de absolvição ou extinção da punibilidade - pode ser objeto de apelação.



43. Examine as assertivas seguintes e indique a alternativa correta:

I - As penas restritivas de direitos somente podem sofrer execução definitiva, eis que essas sanções penais alternativas dependem, para efeito de sua efetivação, do trânsito em julgado da sentença que as aplicou.

II - O mandado de segurança não pode ser usado contra decisão que resolve questão incidental de restituição de bens ou mercadorias apreendidas na esfera penal.

III - São incabíveis embargos infringentes com base em voto vencido proferido no julgamento de *habeas corpus*, desaforamento, revisão criminal e decisões das Turmas Recursais de Juizado Especial.

- a) As três assertivas são verdadeiras;
- b) Nenhuma das assertivas é verdadeira;
- c) Duas assertivas são verdadeiras;
- d) Apenas uma assertiva é verdadeira.

44. As proposições seguintes referem-se à competência. Assinale a alternativa correta:

I - Compete ao Supremo Tribunal Federal apreciar *habeas corpus* contra ato de Turma Recursal de Juizado Especial Criminal, bem como recurso extraordinário contra decisões desse órgão.

II - Nas ações penais em que a lei admite a iniciativa do ofendido, tanto exclusiva quanto subsidiária, poderá ele ofertar a queixa no foro do lugar da infração ou fazê-lo perante o foro do domicílio ou da residência do querelado.

III - No caso de tentativa fixa-se a competência *rationae loci* considerando-se o lugar aonde o resultado deveria ter ocorrido.

IV - É da Justiça Federal a competência para apreciar crime cometido a bordo de qualquer aeronave, mesmo que não esteja em vôo; mas a competência será da Justiça Estadual se o crime ocorrer a bordo de embarcação que não seja de grande porte, esteja aportada ou navegando.

V - Ocorrido crime de tráfico internacional de tóxicos em local que não é sede de Vara Federal, excepcionalmente a competência é da Vara da Justiça Estadual com jurisdição sobre o local; mas a instância recursal é o Tribunal Regional Federal.

- a) As proposições II, IV e V são falsas;
- b) As proposições I e V são falsas;
- c) As proposições I, III e IV são falsas;
- d) As proposições II e III são falsas.

45. Assinale a alternativa correta:

a) Em face do princípio da inviolabilidade de domicílio (artigo 5º, XI, Constituição Federal) qualquer do povo pode ingressar em casa alheia, de dia ou à noite, se nela ocorre prática de crime em situação de flagrância;



- b) Em face do princípio da presunção de inocência (artigo 5º, LVII, Constituição Federal), tomou-se falsa a idéia de que o acusado que alegar um álibi capaz de absolvê-lo ou melhorar sua situação no processo penal tem o ônus de demonstrá-lo cumpridamente;
- c) Em face do princípio da publicidade e da motivação das decisões judiciais (artigo 93, IX, Constituição Federal), no julgamento pelo Tribunal do Júri deve ser abolida a “sala secreta” e a votação meramente singela (apenas sim ou não) dos quesitos pelos jurados;
- d) Em face do princípio da inviolabilidade da vida privada e da imagem das pessoas (artigo 5º, X, Constituição Federal), a divulgação de “retratos falados” de suspeitos e da imagem de indiciados ou réus em cartazes de “procura-se” atenta contra a honra e configura abuso de autoridade.

46. Assinale a afirmativa incorreta:

- a) Existe a possibilidade de juízo de retratação no recurso em sentido estrito, no agravo em execução, na correção parcial, nos embargos infringentes e, em determinado caso, também na carta testemunhável;
- b) No protesto por novo júri, recurso privativo da defesa endereçado ao Conselho de Sentença que julgou o réu, pode ser pedido um segundo julgamento se houve condenação a pena de reclusão superior a 20 anos pela prática de um só crime contra a vida; mas a fuga do réu provoca a deserção do recurso;
- c) O recurso *ex officio*, cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, ocorre da decisão de 1ª instância concessiva de *habeas corpus*, da decisão que concede reabilitação, da decisão de absolvição sumária e da decisão que rejeitar a denúncia ou for absolutória nos casos de crime contra a economia popular e a saúde pública;
- d) Na ação penal privada não pode o Ministério Público apelar da sentença absolutória diante da inércia do querelante. Na ação penal pública o Ministério Público não poderá apelar em favor do acusado - nem que o faça agente ministerial diverso - se houve pedido de condenação atendido integralmente pelo juiz.

47. Dados os enunciados seguintes, marque a alternativa correta:

I - Índícios de autoria dolosa e prova da materialidade do fato são elementos básicos para justificar uma decisão de pronúncia, a qual não deve se referir a eventuais espécies de concurso de crimes nem a presença de agravantes ou atenuantes e causas de diminuição de pena. O libelo será balizado pelo teor da pronúncia.

II - Na fase do *judicium accusationis* a apresentação de alegações finais pelo Ministério Público (artigo 406 do Código de Processo Penal) é obrigatória, mas a omissão do defensor do réu, intimado a fazê-lo, nem sempre resultará em nulidade. Já na fase do *judicium causae*, em relação ao libelo existe a obrigatoriedade de seu oferecimento, mas a apresentação de “contrariedade” é faculdade processual.

III - A sentença de absolvição sumária é de mérito e, ao contrário da decisão de



impronúncia, provoca coisa julgada material; por isso deve basear-se em prova indiscutível. Havendo crimes conexos, sobre eles não pode se manifestar o juiz, cabendo a oportuna remessa dos autos ao magistrado que tiver competência para conhecê-los e julgá-los.

IV - Se os jurados, votando o questionário, desclassificarem o fato para crime que não seja doloso contra a vida transfere-se a competência para o julgamento - tanto dele quanto dos crimes conexos - para o juiz presidente do Tribunal do Júri; mas se houver absolvição com referência ao delito doloso contra a vida, permanece a competência do júri para as infrações conexas.

- a) Somente as proposições II e IV são inteiramente verdadeiras;
- b) Somente as proposições I e III são inteiramente verdadeiras;
- c) Nenhuma das proposições é inteiramente verdadeira;
- d) Todas as proposições são inteiramente verdadeiras.

48. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflito de competência entre Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal e Turma Recursal do Juizado Especial Criminal;
- b) Basta, para fazer surgir o direito de resposta prévia previsto no artigo 514 do Código de Processo Penal, que se trate de crime praticado por funcionário público; tratando-se de prerrogativa benéfica, essa norma estende-se em favor de quaisquer partícipes;
- c) A condenação proferida em instância única pelo Tribunal (ação penal originária) implica a conseqüente execução provisória do julgado que aplicou pena privativa de liberdade, porque os recursos cabíveis são desprovidos de efeito suspensivo;
- d) A transformação automática da pena restritiva de direitos, aplicada em transação ocorrida no Juizado Especial Criminal, em pena privativa da liberdade, discrepa da garantia constitucional do devido processo legal. Descumprido o termo de transação o mesmo torna-se insubsistente, cabendo ao Ministério Público requerer a instauração de inquérito policial ou oferecer a denúncia.

49. Considere as proposições seguintes e indique a alternativa correta:

I - Apesar do princípio da soberania dos veredictos, é possível anular-se o julgamento feito pelo Tribunal do Júri, em sede de apelação, quando os jurados - embora não vinculados ao laudo pericial - recusarem a validade da perícia contida nos autos para comprovar materialidade do fato ou alguma circunstância do cometimento da infração, quando essa recusa importar em decisão manifestamente contrária à prova do processo.

II - o resultado de interceptação telefônica judicialmente deferida vale como prova para a persecução e punição de outros crimes descobertos no decorrer da escuta, especialmente se forem conexos com a infração que motivou a diligência; serve, também, para a incriminação de outros agentes do delito, diversos da pessoa que



originariamente justificou a ação investigatória.

III - Inexiste obrigatoriedade da admissão, pela autoridade, de assistentes técnicos indicados pelas partes para acompanhar e oferecer juízo crítico na realização de prova pericial efetuada no curso de inquérito ou da instrução criminal.

IV - O depoimento de policiais que participaram da diligência sempre tem valor relativo, não servindo isoladamente como prova para a condenação; presume-se o interesse dos mesmos na confirmação judicial do resultado dos atos repressivos ou investigativos que praticaram.

V - A autoridade policial e seus agentes - sob pena de prevaricação - tem o dever legal e indeclinável de prender quem esteja em estado de flagrante delito, não dispondo - em caso algum - de discricionariedade para deixar de efetuar a captura no momento mesmo em que constata a situação de flagrância.

- a) Duas proposições são falsas;
- b) Nenhuma proposição é falsa;
- c) Três proposições são falsas;
- d) Uma proposição é falsa.

50. Com relação à sentença, assinale a alternativa incorreta:

- a) Merece ser anulada a sentença condenatória que fixar a pena base acima do mínimo, enunciando genericamente as circunstâncias do *caput* do artigo 59 do Código Penal sem explicitar as que eram pertinentes;
- b) É nula a sentença que condena o réu por pluralidade de crimes e, sem dosimetria em separado, impõe-lhe reprimenda global;
- c) Padece do vício de *extra petita* e deve ser anulada a sentença condenatória que reconhece circunstâncias agravantes não indicadas expressamente na denúncia, bem como atenuantes e causas de diminuição de pena não postuladas pela defesa do acusado;
- d) A omissão da sentença na indicação do regime de cumprimento de pena a que o réu deve se sujeitar não pode ser suprida *ex officio* pelo Tribunal e nem pelo juízo da execução da reprimenda.

DIREITO CIVIL

51. Simulação é:

- a) uma causa de nulidade do negócio jurídico;
- b) um vício de consentimento;
- c) um motivo para a rescisão do contrato;
- d) uma causa de anulabilidade do negócio jurídico.

52. Transação é:

- a) o mesmo que acordo;



- b) um negócio que produz coisa julgada entre as partes;
- c) um negócio jurídico;
- d) um ato que só pode ser realizado no processo.

53. A renúncia à prescrição:

- a) restaura o direito já prescrito;
- b) interrompe o prazo prescricional;
- c) só se admite enquanto não consumado o prazo da prescrição;
- d) não é admissível no direito vigente.

54. O direito material estrangeiro pode ser aplicado pelo juiz brasileiro:

- a) nunca;
- b) apenas em caráter subsidiário ou complementar;
- c) apenas quando o contrato assim dispuser;
- d) nos casos indicados em lei ou quando o contrato assim dispuser.

55. A alienação de bens públicos:

- a) dominicais é absolutamente vedada;
- b) de uso comum ou de uso especial é absolutamente vedada;
- c) de uso comum ou de uso especial é vedada enquanto eles o forem;
- d) dominicais depende de lei que a autorize.

56. A sub-rogação pelo pagamento pode dar-se:

- a) se convencional, quando pactuada simultaneamente ao pagamento;
- b) se legal, mediante expressa declaração daquele que paga;
- c) em qualquer das modalidades, com a expressa anuência do credor;
- d) se convencional, mesmo quando convencionalizada depois.

57. O pagamento pelo fiador opera a sub-rogação no crédito:

- a) se não houver o benefício de ordem;
- b) se assim dispuser o contrato de fiança;
- c) apenas se houver o benefício de ordem;
- d) sempre.

58. A ineficácia do negócio jurídico:

- a) é o mesmo que invalidade;
- b) decorre dos vícios do consentimento;
- c) é o mesmo que anulabilidade;
- d) impede que o ato celebrado entre as partes prejudique terceiro.

59. A União responde pelos atos de seus agentes:

- a) objetivamente, desde que o agente tenha sido causador do dano;



- b) objetivamente, quer o agente esteja ou não em serviço;
- c) objetivamente, mesmo em caso de culpa exclusiva da vítima;
- d) quando o agente tiver agido com culpa, ainda que leve.

60. O contrato de promessa de compra-e-venda:

- a) produz o mesmo efeito que o contrato de compra-e-venda;
- b) produz o mesmo efeito depois de pago todo o preço;
- c) quando não cumprido pelo alienante, resolve-se em perdas-e-danos;
- d) não produz o mesmo efeito que o contrato de compra-e-venda.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. A Justiça Federal:

- a) foi instituída para melhor tutela ao patrimônio da União;
- b) tem seus órgãos distribuídos em oito regiões;
- c) tem competência concorrente com as dos Estados em alguns casos;
- d) é uma Justiça comum.

62. Eis a regra básica da eficácia da lei processual no tempo:

- a) cada ato processual se rege pela lei de seu tempo;
- b) a lei processual é retroativa;
- c) cada fase processual se rege pela lei de seu tempo;
- d) a lei nova se aplica a todo o processo enquanto não estiver extinto.

63. O estrangeiro tem, no processo civil brasileiro:

- a) os mesmos direitos que os nacionais, se houver reciprocidade;
- b) direitos condicionados à regularidade de sua permanência no País;
- c) os mesmos direitos que os nacionais, quando domiciliados no País;
- d) os mesmos direitos que os nacionais.

64. Proposta ação de usucapião de terras da União:

- a) o juiz julgará ou não o mérito, conforme a espécie do usucapião;
- b) o juiz indagará se a União está de acordo;
- c) o juiz deve extinguir o processo por impossibilidade jurídica;
- d) o juiz remeterá o processo ao Superior Tribunal de Justiça.

65. Começa a existência do processo:

- a) quando o réu oferece a contestação;
- b) quando o réu é citado;
- c) desde o momento em que a petição inicial é despachada;
- d) desde o momento em que a petição inicial é apresentada à Justiça.



66. Em regra, as sentenças:

- a) condenatórias e declaratórias têm eficácia *ex nunc*;
- b) constitutivas e declaratórias têm eficácia *ex nunc*;
- c) constitutivas e declaratórias têm eficácia *ex tunc*;
- d) condenatórias e declaratórias têm eficácia *ex tunc*.

67. Entre duas causas há relação de prejudicialidade quando:

- a) o julgamento de uma delas exclui a possibilidade de julgar a outra;
- b) o julgamento de uma delas influi no teor do julgamento da outra;
- c) uma delas só pode ser julgada se a outra for improcedente;
- d) uma delas só pode ser julgada se a outra não tiver julgamento de mérito.

68. Os embargos de terceiro são a via processual adequada quando:

- a) é penhorado bem do sócio, não havendo ele sido citado;
- b) é penhorado bem do sócio, havendo ele sido citado;
- c) é penhorada a casa residencial do devedor;
- d) a execução for movida contra parte ilegítima.

69. A apelação pode ser interposta a partir do momento em que:

- a) a parte toma ciência inequívoca, ainda sem publicação pela imprensa;
- b) a parte toma ciência inequívoca, desde que feita essa publicação;
- c) a sentença é lançada nos autos;
- d) a sentença é assinada pelo juiz, mesmo sem juntada aos autos.

70. A objeção de pré-executividade:

- a) suspende a execução e sua propositura impede a penhora;
- b) não suspende a execução nem impede a penhora;
- c) se improcedente, não impede embargos pelo mesmo fundamento;
- d) depende da segurança do juízo.

DIREITO INTERNACIONAL

71. Considera-se aperfeiçoado e obrigatório o tratado internacional multilateral:

- a) com ratificação;
- b) com sua assinatura;
- c) com o depósito da ratificação no organismo previsto no tratado;
- d) quando se atinge o quorum de ratificações previsto no tratado em caso de tratados.

72. A imunidade de jurisdição do agente diplomático do Estado estrangeiro:

- a) é sempre absoluta;
- b) é absoluta em matéria criminal;
- c) é relativa;



d) é absoluta em relação ao que diz respeito à atividade diplomática do agente.

73. A Declaração Universal dos Direitos Humanos obriga os Estados:

- a) por ser uma convenção internacional;
- b) por se tratar de norma de *jus cogens*;
- c) por ter sido aprovado pela ONU;
- d) por ser costume internacional.

74. Em uma ação promovida contra um Estado estrangeiro, deve o juiz:

- a) julgar-se incompetente e enviar a ação para o Tribunal Superior;
- b) determinar a citação do representante legal do Estado;
- c) indeferir a inicial por falta de jurisdição;
- d) encaminhar a inicial ao Ministério das Relações Exteriores.

75. Em ação promovida por Estado estrangeiro contra pessoa domiciliada no Brasil para cobrança de dívidas fiscais deve o juiz brasileiro:

- a) conhecer da ação e mandar processá-la;
- b) indeferir a inicial por falta de competência absoluta da Justiça brasileira;
- c) julgar-se incompetente e enviar a ação ao Tribunal Superior;
- d) enviar o pedido do Estado estrangeiro ao MRE.

76. Em controvérsia submetida ao juiz brasileiro sobre contrato firmado no exterior por brasileiro domiciliado no exterior e estrangeiro domiciliado no Brasil, aplica-se ao mérito:

- a) a lei do local da celebração do contrato;
- b) a lei do local da execução do contrato;
- c) a lei da nacionalidade das partes;
- d) a lei do domicílio da parte autora.

77. Considera-se o tratado incorporado ao direito brasileiro:

- a) com o decreto legislativo que aprova sua ratificação;
- b) com a remessa ao país contratante ou à organização do texto ratificado;
- c) com o decreto do Presidente da República que promulga o tratado;
- d) com a assinatura do tratado.

78. O tratamento da nação mais favorecida previsto em tratado internacional implica:

- a) concessão do mesmo tratamento a todos os Estados, mesmo que não partícipes do tratado;
- b) concessão do mesmo tratamento somente aos participantes do tratado;
- c) subordinação à lei interna que concede tratamento mais benéfico a determinado país;
- d) concessão do tratamento mais favorecido a um país em detrimento dos outros.



79. Em ação promovida no Brasil sobre controvérsia derivada de contrato internacional firmado no Brasil, onde as obrigações devem ser cumpridas, prevendo o contrato cláusula de eleição de foro estrangeiro, sendo o réu domiciliado no País, o juiz deve:

- a) acatar a exceção de incompetência territorial, com base na cláusula de eleição do foro estrangeiro e determinar que os autos sejam remetidos ao juiz estrangeiro;
- b) rejeitar a exceção de incompetência territorial, com base no artigo 88 n° I e II do CPC;
- c) considerar não escrita a cláusula de eleição do foro;
- d) remeter o processo ao STJ.

80. Delito ocorrido a bordo de navio de bandeira estrangeira, no mar territorial do Brasil, envolvendo dois estrangeiros de nacionalidade diversa, a competência para o processo criminal é:

- a) do juiz brasileiro;
- b) do juiz da nacionalidade da vítima;
- c) do juiz da nacionalidade do autor do delito;
- d) da nacionalidade do navio.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

81. Podem beneficiar-se do auxílio-acidente:

- a) o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior, o autônomo e o avulso;
- b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ainda que vinculado a regime próprio de Previdência Social, o avulso e o garimpeiro;
- c) o síndico de condomínio que receba remuneração, o empregado doméstico, o titular de firma individual rural;
- d) o avulso, o arrendatário rural que exerce suas atividades em regime de economia familiar e o diretor empregado.

82. Descartando-se a hipótese de direito adquirido, considere as afirmativas abaixo:

- I - É possível receber, conjuntamente, seguro-desemprego e pensão por morte.
- II - É possível receber, conjuntamente, seguro-desemprego e auxílio-doença.
- III - É possível receber, conjuntamente, seguro-desemprego e auxílio-acidente.
- IV - É possível receber, conjuntamente, aposentadoria especial e auxílio-doença.

- a) I, II e III são verdadeiras;
- b) I e III são verdadeiras;
- c) III e IV são verdadeiras;
- d) I e II são verdadeiras.

83. Com relação ao benefício de prestação continuada (art. 203, inc. V, da CF), é correto



afirmar-se que:

- a) É devido ao idoso maior de 65 anos e às pessoas portadores de deficiência, nacionais e estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, desde que não amparados pelo sistema previdenciário do país de origem;
- b) É devido ao maior de 60 anos e às pessoas portadores de deficiência, nacionais e estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, desde que não amparados pelo sistema previdenciário do país de origem;
- c) É devido ao maior de 65 anos e às pessoas portadores de deficiência, excluídos os estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, mesmo que não amparados pelo sistema previdenciário do país de origem;
- d) É devido ao maior de 60 anos e às pessoas portadores de deficiência, excluídos os estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, mesmo que não amparados pelo sistema previdenciário do país de origem.

84. São considerados, atualmente, segurados especiais:

- a) Os parceiros, os meeiros, os arrendatários rurais, os garimpeiros e os pescadores artesanais;
- b) Os parceiros, os meeiros, os arrendatários rurais e o pequeno produtor rural que exerça suas atividades com auxílio, permanente ou não, de terceiros;
- c) Os produtores rurais, parceiros, pescadores artesanais e assemelhados que exerçam atividade individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 18 anos;
- d) Os produtores, parceiros, meeiros e arrendatários rurais e pescadores artesanais e assemelhados, que exerçam as suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem o auxílio eventual de terceiros.

85. Considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa verdadeira:

I - O segurado facultativo que há cinco meses não paga contribuições ao INSS poderá requerer à autarquia, aposentadoria por invalidez, desde que se encontre total e permanentemente incapacitado para o trabalho.

II - A aposentadoria por invalidez torna-se definitiva quando o segurado completa 55 anos.

III - O segurado que cumpriu pena de doze anos em regime fechado e vem a ser vítima de atropelamento no décimo mês após o livramento - tornando-se total e permanentemente incapacitado para o trabalho, segundo a avaliação da perícia médica do INSS - obterá a aposentadoria por invalidez, porque o INSS reconhecerá a manutenção da sua qualidade de segurado.

IV - A aposentadoria por invalidez torna-se definitiva quando o segurado completa 65 anos.

- a) I e III estão corretas;



- b) I e IV estão corretas;
- c) II e III estão corretas;
- d) I e II estão corretas.

86. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, Estados, Municípios e contribuições sociais;
- b) Também constituem receita da Seguridade Social, os valores recebidos a título de multa, correção monetária e juros moratórios;
- c) Constituem contribuições sociais, as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos segurados e demais pessoas físicas a seu serviço, desde que com vínculo empregatício;
- d) Também constituem contribuições sociais, as das empresas, incidentes sobre a receita ou o faturamento e o lucro.

87. Considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - Nenhum benefício pago pela Previdência Social poderá ter valor inferior a um salário-mínimo.
- II - O benefício assistencial de prestação continuada previsto no art. 203, inc. V, da Constituição Federal não poderá ter valor inferior a um salário-mínimo.
- III - Todos os benefícios assistenciais não podem ser inferiores a um salário-mínimo, por expressa vedação constitucional.
- IV - O auxílio-reclusão devido aos dependentes do segurado de baixa renda pode ser inferior a um salário-mínimo.

- a) As afirmativas I e II estão incorretas;
- b) As afirmativas I, III e IV estão incorretas;
- c) As afirmativas III e IV estão corretas;
- d) As afirmativas II e III estão corretas.

88. Considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa incorreta:

- I - O salário-maternidade não poderá ter valor inferior a um salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.
- II - Não incide contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade, o auxílio-reclusão, a pensão por morte e as aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social.
- III - Independe de carência o salário-maternidade devido às seguradas empregada, empregada doméstica, segurada especial e trabalhadora avulsa.
- IV - Se a segurada gestante, na mesma data de nascimento de seu filho, adotar uma outra criança recém-nascida, terá direito a duas prestações de salário-maternidade mensais, no período de cento e vinte dias.



- a) As afirmativas II e III estão incorretas;
- b) A afirmativa III está incorreta;
- c) A afirmativa IV está incorreta;
- d) A afirmativa I está incorreta.

89. Assinale a alternativa correta:

- a) O dependente menor de idade que receba pensão por morte terá o seu benefício cessado quando completar 21 anos, mesmo que antes desta idade tenha se tornado comprovadamente inválido;
- b) É devido o acréscimo de 25% calculado sobre o valor da aposentadoria por invalidez ao segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, ainda que o valor do benefício atinja o teto legal;
- c) É possível o recebimento concomitante de salário-maternidade e aposentadoria por invalidez se, em razão de complicações no parto, a segurada se tornou total e permanentemente incapacitada para o trabalho;
- d) Havendo reajuste do valor da aposentadoria por invalidez, o recálculo do acréscimo de 25% só será devido nas hipóteses taxativamente previstas em lei.

90. Qual das alternativas demonstra a correta escolha do foro para o ajuizamento da ação previdenciária?

- a) "A", atualmente domiciliado em Garça, promove ação de revisão de benefício previdenciário em face do INSS, ajuizando a demanda na Comarca de Gália, porque o seu benefício foi originalmente processado na Agência do INSS dessa cidade, onde o mesmo residia à época;
- b) "B", atualmente domiciliado em São Paulo, distribui ação revisional de benefício previdenciário, cujo valor da causa é de R\$ 5.000,00, na Vara Previdenciária da Capital;
- c) "D", sempre tendo trabalhado e residido na Capital, ajuizou ação revisional de benefício acidentário, cujo valor da causa é de R\$ 4.000,00, no Juizado Especial Federal;
- d) "C", atualmente domiciliado em Santos, propõe ação revisional de benefício previdenciário, na Vara Federal da Capital, com valor da causa de R\$ 70.000,00.

DIREITO COMERCIAL

91. A Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e de Falências) não se aplica:

- a) às empresas públicas e às sociedades de economia mista;
- b) aos empresários individualmente considerados;
- c) às sociedades por ações, independentemente do objeto social que tiverem;
- d) às sociedades que, mesmo sem estarem legalmente obrigadas a ter a forma de sociedade empresária, optarem por tal modelo e não pelo modelo da sociedade simples;



92. Assinale a alternativa correta:

- a) instituição financeira pública ou privada está sujeita à nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falências (Lei nº 11.101/2005);
- b) a concordata preventiva ainda pode ser objeto de requerimento por parte do devedor que, não tendo os impedimentos do art. 140, satisfaça os requisitos do art. 158 do Decreto-Lei 7.661/45;
- c) o instituto da recuperação judicial poderá ser requerido pelo devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e não tenha, há menos de 3 (três) anos, obtido a concessão de tal instituto;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está certa.

93 - Assinale a alternativa inteiramente correta. As sociedades não personificadas são:

- a) as simples;
- b) as em conta de participação;
- c) as em comum;
- d) somente a alternativa "a" está incorreta.

94. Assinale a alternativa inteiramente correta. Existem atividades negociais, em sentido amplo, que não se enquadram, necessariamente, no conceito mais restrito de atividade empresarial. São elas desenvolvidas:

- a) pelos pequenos empresários, caracterizados pela natureza artesanal de sua atividade, ou pela predominância do trabalho próprio, ou de familiares, em relação ao capital;
- b) pelos que exercem profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, ainda que não se organizem empresarialmente para tal fim;
- c) pelos empresários rurais, aos quais se faculta a inscrição no Registro das Empresas, para se subordinarem às normas que regem a atividade empresária como tal;
- d) as três alternativas anteriores estão corretas.

95. A proteção ao consumidor no Brasil está prevista:

- a) na Constituição da República, no Código de Defesa do Consumidor e nas Portarias da Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça;
- b) na Constituição da República;
- c) no Código de Defesa do Consumidor;
- d) nas Portarias da Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça.

96. Segundo a célebre definição de Vivante, título de crédito é:

- a) documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido;
- b) documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele mencionado;
- c) documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele incorporado;
- d) documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele materializado.



97. Na ordenação jurídica brasileira, considera-se empresário quem:

- a) desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços;
- b) pratica atos de comércio com habitualidade;
- c) exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços;
- d) desenvolve como principal profissão a atividade de empresário rural, independentemente de requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

98. “Complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”. Tal conceito corresponde:

- a) ao estabelecimento;
- b) à empresa;
- c) à clientela;
- d) ao aviamento.

99. Nos processos judiciais que tenham por objeto matéria incluída na competência da Comissão de Valores Mobiliários, será esta sempre intimada para, querendo, oferecer parecer ou prestar esclarecimentos ao Juízo:

- a) no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação;
- b) no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da intimação;
- c) no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação;
- d) no prazo fixado pelo juiz da causa.

100. O chamado endosso-póstumo é:

- a) aquele feito pelo inventariante, nos títulos de crédito de que era beneficiário o *de cujus*, no interesse do espólio e dos herdeiros;
- b) aquele feito posteriormente ao vencimento do título, tendo os mesmos efeitos do endosso anterior;
- c) aquele feito posteriormente ao vencimento do título, tendo os mesmos efeitos de uma cessão ordinária de créditos;
- d) aquele feito posteriormente ao protesto por falta de pagamento, produzindo os efeitos de um aval condicionado.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do XIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	C	21	A	41	C	61	D	81	D
2	A	22	C	42	B	62	A	82	B
3	C	23	*	43	A	63	D	83	A
4	B	24	B	44	D	64	C	84	D
5	A	25	D	45	A	65	D	85	A
6	B	26	D	46	B	66	D	86	C
7	B	27 **	A e B	47	D	67	B	87	B
8	A	28	C	48	B	68	A	88	C
9	C	29	B	49	A	69	A	89	B
10	D	30	B	50	C	70	B	90	C
11	C	31	D	51	A	71	D	91	A
12	D	32	C	52	C	72 **	B e D	92	D
13	B	33	A	53	A	73	*	93	D
14	D	34	C	54	D	74	B	94	D
15	B	35	B	55	C	75	B	95	A
16	B	36	A	56	A	76	A	96	B
17	C	37	C	57	D	77	C	97	C
18	B	38	C	58	D	78	B	98	A
19	C	39	D	59	A	79	A	99	C
20	C	40	B	60	D	80	A	100	B

(*) Questão anulada por decisão da Comissão de Concurso.

(**) Questões revisadas por decisão da Comissão de Concurso, após recurso.